

Ata da 80ª Sessão Extraordinária da 17ª Legislatura da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT.

Aos 13 (treze) dias, do mês de janeiro, do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 20:00 horas, em sede própria, reuniram-se os Vereadores, a Vereadora desta Casa de Leis para mais uma Sessão Extraordinária, sob a responsabilidade do Vereador Miguel Moreira da Silva – Presidente eleito, secretariado pelo também Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto – 1º Secretário da Mesa. Observadas as exigências regimentais, constatou-se “quorum” suficiente, momento em que o Sr. Presidente pronunciou a seguinte frase: - Sob a proteção de Deus e em nome do povo barragarcense, declaro aberto os trabalhos. Após a execução de um trecho Bíblico e do Hino de Barra do Garças mostrando imagens da cidade, o Sr. Presidente cumprimentou a todos os presentes, os ouvintes da Rádio Difusora que transmite as Sessões. Na sequência passou-se a palavra ao 1º Secretário para leitura das correspondências recebidas e expedidas. Leis sancionadas: Lei nº 3.592 de 18 de dezembro de 2014, “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; Lei nº 3.594 de 18 de dezembro de 2014, “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; Lei nº 3.593 de 18 de dezembro de 2014, “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; Lei nº 3.595 de 18 de dezembro de 2014, “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; Lei nº 3.596 de 18 de dezembro de 2014, “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; Lei nº 3.597 de 18 de dezembro de 2014, “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; Lei nº 3.598 de 18 de dezembro de 2014, “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; Lei nº 3.599 de 18 de dezembro de 2014, “Institui o artigo nº 52 – A, na Lei nº 3.398 de 18 de junho de 2013 e dá outras providências”; Decreto nº 3.615 de 10 de dezembro de 2014, “Dispõe sobre a regulamentação do Art. 21 da Lei 3.555/2014 e dá outras providências”; Decreto nº 3.620 de 05 de janeiro de 2015; “Dispõe sobre o Salário Mínimo a partir de 1º de janeiro de 2015, e dá outras providências”; Decreto nº 3.621 de 05 de janeiro de 2015, “Normatiza sobre a concessão de ajuda de custo em pecúnia aos profissionais vinculados ao Município de Barra do Garças através do “Projeto Mais Médicos para o Brasil”, do Ministério da Saúde e dá outras providências”; Decreto nº 3.623 de 05 de janeiro de 2015 “Dispõe sobre regulamentação dos anexos do Orçamento para o exercício

*[Handwritten signatures and a blue ink fingerprint are present at the bottom of the page.]*

de 2015 e dá outras providências”; Decreto nº 3.622 de 05 de janeiro de 2015, “Dispõe sobre o cancelamento de despesas empenhadas e não pagas no exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013 e dá outras providências”. Demais correspondências recebidas: ofício nº 811/2014 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – Corregedoria Geral do Ministério Público; ofício nº 0012/2015/ 1ª Delegacia de Polícia de Barra do Garças, Sr. Valdir da Silva Rios Júnior; revista AEGEA – Saneamento é Saúde; telegramas nº 010194, 000081 do Ministério da Saúde; ofício nº 007/2015, comunicado de ausência do Prefeito Municipal de 12 à 18 do corrente mês e ano, pelo Secretário Chefe de Gabinete - Sr. Agenor Bezerra Maia, informa-se que neste período o Vice-Prefeito, Sr. Mauro Gomes Piauí estará exercendo a função no exercício do cargo de Prefeito Municipal; ofício nº 001/2015 da Câmara Municipal de Nova Xavantina; ofício nº 002/2015 do Deputado Federal Ságuas Moraes; ofício nº 004/2015 do Sr. Roberto Ângelo Farias – DD Prefeito Municipal; Prestação de Contas da Casa de Davi; ofício nº 522/2014 do Dr. Izaias Mariano dos Santos Filho – Secretário Municipal de Planejamento; carta do Gabinete do Deputado Nilson Leitão; ofícios nº 015, 016/2015 da Secretaria Municipal de Finanças; ofício nº 002/2015 do Fundo Municipal de Previdência Social Barra – Previ; ofício nº 4707/14 da Caixa Econômica Federal; carta do Deputado Zeca Viana; mensagem circular dos Correios nº 1634/14; ofício nº 175/14 do SINTESBRE; ofício nº 2282/14 do Ministério da Saúde; ofício nº 474/2014 da Secretaria de Assistência Social, assinado por Iomara Santana e alguns folders. Correspondências expedidas: Relatório Trimestral da Ouvidoria da Câmara Municipal de Barra do Garças; ofícios nº 906 à 915/2014, 101 à 105/14 encaminhando cópia de matérias aprovadas; ofícios nº 001/2015, encaminhado a todos os Vereadores e a Vereadora desta Casa de Leis convocação para Sessão Extraordinária. Terminada a leitura das correspondências recebidas e expedidas, estas que permanecerão em arquivo à disposição dos nobres Edis. Registra-se que nesta Sessão não houve o Grande Expediente e o Sr. Presidente passou a Ordem do Dia quando o 1º Secretário efetuou a leitura dos seguintes projetos: Projeto de Lei nº 001/2015, de 07 de janeiro de 2015, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Estabelece novos valores para definição das modalidades licitatórias previstas na Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993”. Lido, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e à Comissão de Economia e Finanças. Projeto de Lei nº 002/2015, de 07 de janeiro de 2015, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências”. Lido, foi o projeto enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e à Comissão de Economia e Finanças. Projeto de Lei nº 003/2015, de 13 de janeiro de 2015, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”. Terminada a leitura, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, à

*[Handwritten signatures and marks in blue ink at the bottom of the page.]*

Comissão de Economia e Finanças e à Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social. Projeto de Lei nº 001/2015, de 05 de janeiro de 2015, de autoria da Mesa da Câmara Municipal, que “Dispõe sobre a verba de natureza indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar e dá outras providências”. Lido, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e à Comissão de Economia e Finanças. Dando continuidade aos trabalhos o Sr. Presidente solicitou autorização do Plenário para que o Vereador Valdei (Pebinha) assine como Membro no lugar do Vereador Dr. Paulo Sérgio e o Vereador Dr. Paulo Raye assine como Relator no lugar do Vereador Dr. Joãozinho, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no Projeto de Lei nº 001/2015 e demais projetos apreciados nesta Sessão. Após votação o pedido da Mesa foi aprovado. Na sequência colocou em discussão o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Comissão de Economia e Finanças, ao Projeto de Lei nº 001/2015 de autoria da Mesa da Câmara Municipal. Após votação os pareceres foram aprovados por unanimidade, o mesmo ocorreu com o Mérito do projeto, que após votação também foi aprovado por unanimidade. Em tempo o Sr. Presidente explicou que a votação destes projetos é devido mudanças do Tribunal de Contas na verba de natureza indenizatória e nas licitações. Nesse instante o Sr. Presidente solicitou autorização do Plenário para votação em bloco dos Projetos de Lei nº 083, 089/2014, 001 e 002/2015 todos de autoria do Poder Executivo Municipal. Após votação o pedido da Mesa recebeu aprovação unânime. Colocou-se então individualmente em discussão o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Comissão de Economia e Finanças, aos Projetos de Lei nº 083, 089/2014, 001, 002/2015 de autoria do Poder Executivo Municipal. Após votação, os pareceres foram aprovados por unanimidade, o mesmo ocorreu com o Mérito dos referido projetos, que após votação também receberam aprovação unânime. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente passou a Palavra Livre e constatando que não havia nenhum Vereador inscrito, declarou encerrado os trabalhos, cuja ata, se aprovada, receberá a assinatura de quem de direito.



cep